

Tropicália
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Administradores e Diretores da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Tropicália Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Tropicália Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Tropicália Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 07 de março de 2018.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		203	3	Fornecedores		25	-
Títulos e Valores Mobiliários	7	81	207	Tributos		39	-
Despesas pagas antecipadamente		408	-	Outros passivos circulantes		374	-
Tributos compensáveis		126	-			<u>438</u>	<u>-</u>
Outros ativos circulantes		4	-				
		<u>822</u>	<u>210</u>				
Não circulante							
Despesas pagas antecipadamente		1.565	-	Patrimônio líquido	10		
Outros ativos não circulantes		109	-	Capital social		10.101	101
Imobilizado	8	18.566	526	Reserva de Capital		13.335	900
Intangível	9	370	-	Prejuízos Acumulados		<u>(2.442)</u>	<u>(265)</u>
		<u>20.610</u>	<u>526</u>			<u>20.994</u>	<u>736</u>
Total do ativo		<u>21.432</u>	<u>736</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>21.432</u>	<u>736</u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Operações Continuadas			
Receitas líquidas		-	-
Custo sobre serviços prestados		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas		<u>(1.026)</u>	<u>(24)</u>
Resultado operacional		<u>(1.026)</u>	<u>(24)</u>
Resultado financeiro	12	(1.151)	(241)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(2.177)</u>	<u>(265)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(2.177)</u>	<u>(265)</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	(2.177)	(265)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.177)</u></u>	<u><u>(265)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Integralização do capital social	101	-	-	-	101
Reserva de capital social	-	900	-	-	900
Prejuízo do exercício	-	-	-	(265)	(265)
Em 31 de dezembro de 2016	101	900	-	(265)	736
Integralização do capital social	10.000	-	-	-	10.000
Reserva de capital social	-	90.000	(77.565)	-	12.435
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.177)	(2.177)
Em 31 de dezembro de 2017	10.101	90.900	(77.565)	(2.442)	20.994

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(2.177)	(265)
Ajuste		
Depreciação	143	-
Juros sobre Debentures	1.412	-
Rendimento de aplicação financeira	(541)	(2)
	(1.163)	(267)
Redução (Aumento) de Ativos		
Despesas pagas antecipadamente	(1.973)	-
Tributos e contribuições compensáveis	(126)	-
Outros ativos circulantes	(114)	-
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	25	-
Tributos e Contribuição Social	38	-
Outros passivos	374	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.939)	(267)
Encargos de dívidas pagos	(1.412)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.351)	(267)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Integralização do Capital Social	22.435	1.001
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(18.553)	(526)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(78.710)	(393)
Resgate em títulos e valores mobiliários	79.379	188
Caixa líquido das atividades de investimento	4.551	270
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de debentures	21.223	-
Amortização de debentures	(21.223)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	200	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	203	3

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Sociedade”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 246 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Sociedade em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é fevereiro de 2022.

Para a construção do empreendimento estima-se um investimento da ordem de R\$ 400 milhões nos próximos 4 anos.

Em 21 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a sociedade a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Por meio da portaria nº 310 de 23 de outubro de 2017, do Ministério de Minas e Energia, a Sociedade teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Atualmente, a empresa está em fase pré-operacional, com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto, sendo que a Licença Prévia - LP já foi emitida pelo IBAMA.

Todos os contratos necessários a sua implantação já foram assinados com os fornecedores, e foram constituídos na modalidade “Turn-Key”, garantindo uma maior previsibilidade e controle dos custos totais de implantação.

Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., o contrato de fornecimento de cabos com a Alubar Metais e Cabos S.A. e o contrato de Construção das entradas de linha nas Subestações com a Siemens Ltda. Tais contratos definem como sendo de responsabilidade integral das contratadas todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento. Os contratos contam com as garantias usualmente utilizadas neste tipo de contrato para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e custo acordados.

Para atuar na área fundiária, foi contratada a Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações Imobiliárias Ltda. - Ecari e para as atividades de meio ambiente foi contratada a Dossel Ambiental Ltda.

Para auxiliar na gestão do projeto, a Laureano & Meirelles Engenharia Ltda. - LM Engenharia, foi contratada para exercer as atividades de Engenharia do Proprietário.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

4 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa 2, nas páginas 12 a 16, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado

4.1.1 Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão.

O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2 Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.2 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Sociedade verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia encontra-se em fase pré operacional e desta forma, não possui contas a receber e/ou não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. *Valorização dos instrumentos financeiros*

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Sociedade possui dois instrumentos de operação de termos de moedas, que serão reconhecidos no momento de suas liquidações.

(1) NDF 16L00207079 - USD 7,4 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,081000

(2) NDF 16L00194740 - USD 7,0 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,099300

6.2 *Gestão de capital*

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6.3 Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2017			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equivalentes de caixa	203		203
Títulos e valores mobiliários		81	81
	<u>203</u>	<u>81</u>	<u>284</u>
Outros passivos financeiros			
Passivos, conforme balanço patrimonial			Total
Fornecedores		25	25
		<u>25</u>	<u>25</u>
31/12/2016			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3		3
Títulos e valores mobiliários		207	207
	<u>3</u>	<u>207</u>	<u>210</u>
Outros passivos financeiros			
Passivos, conforme balanço patrimonial			Total
Fornecedores		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>

6.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1, os fornecedores são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

6.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2017.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Aplicações Financeiras	81	7,45% 6	9,93% 8	12,41% 10

7 Títulos e valores mobiliários

Circulante	31/12/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários (a)	<u>81</u>	<u>207</u>
	<u><u>81</u></u>	<u><u>207</u></u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas Certificados de Depósito Bancário - CDB realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Reavaliação	Valor Bruto 31/12/2017	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2016
Ativo Imobilizado em Serviço										
Administração										
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	268	-	-	-	268	268	(139)	129	-
Móveis e utensílios	-	42	-	-	-	42	42	(3)	39	-
Subtotal	-	310	-	-	-	310	310	(142)	168	-
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	-	7.974	-	-	-	7.974	7.974	-	7.974	-
Outros	526	9.898	-	-	-	10.424	9.898	-	10.424	526
Subtotal	526	17.872	-	-	-	18.398	17.872	-	18.398	526
Total do Ativo Imobilizado	526	18.182	-	-	-	18.708	18.182	(142)	18.566	526

**Tropicália Transmissora de
Energia S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	Taxas anuais médias de depreciação %	2017		2016	
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Administração					
Custo Histórico	21,11%	310	(142)	168	-
		<u>310</u>	<u>(142)</u>	<u>168</u>	<u>-</u>
Em Curso					
Transmissão		18.398	-	18.398	526
		<u>18.398</u>	<u>-</u>	<u>18.398</u>	<u>526</u>
		<u>18.708</u>	<u>(142)</u>	<u>18.566</u>	<u>526</u>

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviço de Terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Em Curso					
Máquinas e equipamentos	-	580	-	-	580
A ratear	-	1.978	783	-	2.761
Compras em andamentos	810	-	-	-	810
Adiantamentos a fornecedores	7.164	6.183	-	-	13.347
Outros	-	-	-	374	374
Total do imobilizado em curso	<u>7.974</u>	<u>8.741</u>	<u>783</u>	<u>374</u>	<u>17.872</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

9 Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Reavaliação	Valor Bruto 31/12/2017	Adições Líquidas	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Administração										
Softwares	-	8	-	-	-	8	8	(1)	7	-
Subtotal	-	8	-	-	-	8	8	(1)	7	-
Ativo Intangível em Curso										
Transmissão										
Servidões	-	363	-	-	-	-	363	-	363	-
Subtotal	-	363	-	-	-	-	363	-	363	-
Total do Ativo Imobilizado	-	371	-	-	-	8	371	(1)	370	-

Refere-se as servidões negociadas para a instalação da linha de transmissão.

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo Intangível - R\$ Mil					
Em serviço					
Administração					
Custo Histórico	20%	8	(1)	7	-
		<u>8</u>	<u>(1)</u>	<u>7</u>	<u>-</u>
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão					
Custo Histórico		363	-	363	-
		<u>371</u>	<u>(1)</u>	<u>370</u>	<u>-</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 10.101 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	
		%	A	%	B	%		%
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	46.150.993	45,69	-	-	46.150.993	45,69	46.150.993	45,69
Fundo de Invest em Participações Development fund Warehouse	44.791.333	44,35	-	-	44.791.333	44,35	44.791.333	44,35
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	<u>10.058.174</u>	<u>9,96</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.058.174</u>	<u>9,96</u>	<u>10.058.174</u>	<u>9,96</u>
	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>	<u>101.000.500</u>	<u>100</u>

O Consórcio CP II, constituído pela BTG Pactual Holding Internacional S.A. (“BTGP HI”) e pela N.A.S.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“NASSPE”) sagrou-se vencedor do Lote n.º 1 do Leilão n.º 13/2015-ANEEL-2ª Etapa (“Leilão”), realizado em 28 de outubro de 2016. Em decorrência das exigências do Edital do Leilão, o Consórcio CP II apresentou a Tropicália como a SPE a assinar o respectivo contrato de concessão, o que foi feito em 10 de fevereiro de 2017. Portanto, inicialmente, a Tropicália era detida pela BTGP HI e pela NASSPE, na exata proporção das respectivas participações no Consórcio CP II.

A reserva de capital subscrita em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 90.900, sendo que R\$ 77.565 à integralizar.

Em 10 de outubro de 2017, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Despacho da Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL de n.º 3.397, que anuiu com a operação de alteração total dos acionistas da Tropicália, com a consequente transferência do seu controle societário, de modo que Tropicália Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (“Tropicália FIP”) passou a deter 45,69% da Tropicália, o FIP Development Fund Warehouse - Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Warehouse”) passou a deter 44,35% da Tropicália e o BTG Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento em Participações - Infraestrutura (“BTG Infra II FIP”) passou a deter 9,96% da Tropicália, o que foi formalizado em 26 de outubro de 2017.

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

A Sociedade apurou prejuízo líquido de R\$ 2.263 no exercício de 2017, não gerando resultados a serem distribuídos.

11 Pessoal e Administradores

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal		
Remuneração	85	-
Encargos	35	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	12	-
Outros benefícios - Corrente	44	-
	176	-
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	123	-
	123	-
Total	299	-

12 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Juros Debentures	(1.412)	-
Tarifas bancárias	(255)	(243)
	(1.667)	(243)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	516	2
	516	2
	(1.151)	(241)

13 Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade teve no exercício de 2017 prejuízo líquido de R\$ 2.177, não gerando base de cálculo para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar.

14 Meio Ambiente

A Sociedade está com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto.

A Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 5 de Dezembro de 2017.

Em 26 de Dezembro de 2017 foi protocolado o pedido da Licença de Instalação, que temos a expectativa de ser emitida até o final de 2018, o que nos concede o tempo necessário para a conclusão do projeto até a data regulatória.

15 Debentures

A Sociedade fez a emissão de debentures e aquisições antecipadas de debentures.

Debêntures	Vencimento	Aquisição		
		Principal	Juros	Total
1ª emissão	16/02/2017	15.223	1.166	16.389
2ª emissão	06/06/2017	6.000	246	6.246
Total:		21.223	1.412	22.635
Antecipação				
	Data	Principal	Juros	Total
	26/10/2017	15.223	1.166	16.389
	26/10/2017	6.000	246	6.246
		21.223	1.412	22.635

16 Seguros

Os Seguros relacionados a obra estão dentro dos contratos dos construtores (SAE e SIEMENS), conforme relacionados abaixo:

- Seguro contra risco relacionados ao uso, posse ou propriedade de veículos automotivos;
- Seguro de responsabilidade civil do empregador, incluindo porem, não limitados a morte, acidentes, danos pessoais e por responsabilidade cruzada com outros fornecedores;

- Seguro contra todos os riscos relacionados ao transporte nacional e internacional de materiais para o escopo do fornecimento;
- Seguro para todos os bens, equipamentos e maquinário utilizados no escopo dos serviços;
- Seguro de risco de engenharia, modalidade Obras Civas e Montagem, em valor equivalente ao preço global;
- Seguro de responsabilidade civil, incluindo cobertura para danos causados a terceiros e acidente de trabalho;
- Erros de projeto (aplicável à construção civil e excluindo-se “itself”);
- Risco do fabricante;
- Danos a Terceiros - Responsabilidade Geral e Cruzada;

Será enviado a Sociedade, copia de todas as apólices dos Seguros, para cumprimento da condição suspensiva à data de início das obras.

a. Seguro Garantia da ANEEL

De acordo com o Edital do Leilão 013/2015 da Aneel, a Sociedade firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 270 (duzentos e setenta) dias após a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO”.

17 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

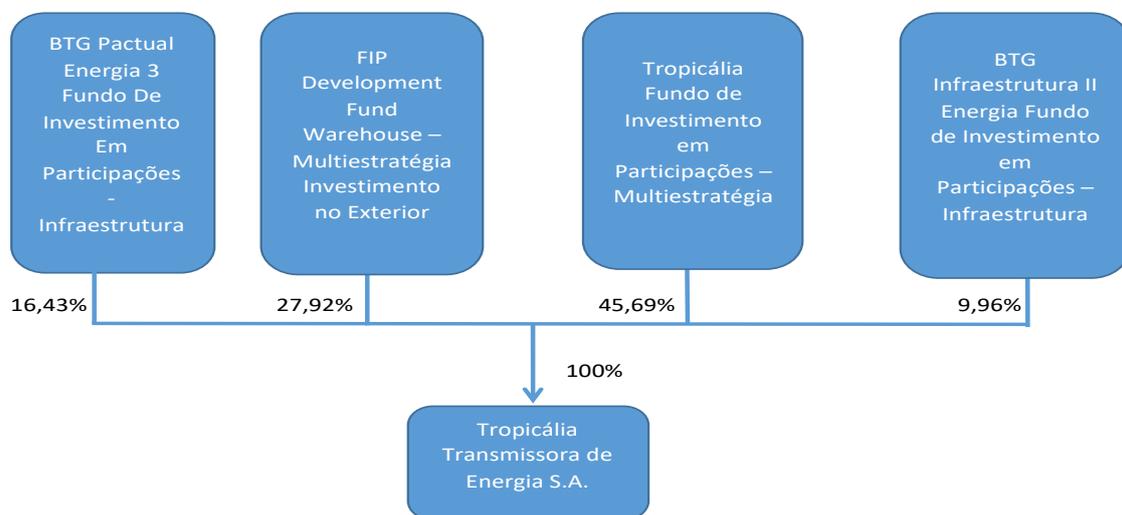
Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Sociedade não possui contingências com risco de perda provável ou passivos contingentes a ser divulgados, de acordo com seus advogados externos.

18 Eventos Subsequentes

Composição Acionária

Posteriormente, em 7 de fevereiro de 2018, foi publicado, no Diário Oficial da União, o Despacho da SFF de n.º 309/2018, que anuiu com a operação de inclusão do BTG Pactual Energia 3 Fundo De Investimento Em Participações - Infraestrutura como novo acionista no controle societário direto da Tropicália, o que foi formalizado na mesma data.



19 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	203	-	203	3	-	3
Títulos e Valores Mobiliários	81	-	81	207	-	207
Despesas antecipadas	408	-	408	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte	126	-	126	-	-	-
Outros ativos	4	-	4	-	-	-
	<u>822</u>	<u>-</u>	<u>822</u>	<u>210</u>	<u>-</u>	<u>210</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Ativo Financeiro Indenizado	-	(18.760)	18.760	-	(526)	526
Despesas antecipadas	1.565	-	1.565	-	-	-
Outros ativos	110	-	110	-	-	-
Imobilizado	18.565	18.390	175	526	526	-
Intangível	370	370	-	-	-	-
	<u>20.610</u>	<u>-</u>	<u>20.610</u>	<u>526</u>	<u>-</u>	<u>526</u>
Total do ativo	<u>21.432</u>	<u>-</u>	<u>21.432</u>	<u>736</u>	<u>-</u>	<u>736</u>
	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	25	-	25	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	39	-	39	-	-	-
Outros passivos	374	-	374	-	-	-
	<u>438</u>	<u>-</u>	<u>438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	10.101	-	10.101	101	-	101
Reserva de Capital	13.335	-	13.335	900	-	900
Prejuízo Acumulados	(2.442)	-	(2.442)	(265)	-	(265)
	<u>20.994</u>	<u>-</u>	<u>20.994</u>	<u>736</u>	<u>-</u>	<u>736</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>21.432</u>	<u>-</u>	<u>21.432</u>	<u>736</u>	<u>-</u>	<u>736</u>

**Tropicália Transmissora de
Energia S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017*

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações Continuadas						
Receitas líquidas	-	(18.234)	18.234	-	(526)	526
Custo sobre serviços prestados	-	18.234	(18.234)	-	526	(526)
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.026)	-	(1.026)	(24)	-	(24)
Resultado operacional	(1.026)	-	(1.026)	(24)	-	(24)
Resultado financeiro	(1.151)	-	(1.151)	(241)	-	(241)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.177)	-	(2.177)	(265)	-	(265)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	(2.177)	-	(2.177)	(265)	-	(265)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

19.1 Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. As adições realizadas no exercício referem-se a receita e custo de construção da Sociedade.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0